

## TERMOS E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO

Antes de aceder e utilizar este sítio, leia atentamente os seus termos e condições de utilização. O acesso e a utilização deste serviço pelo utilizador são considerados como um sinal inequívoco de que o mesmo leu, compreendeu e aceitou os presentes termos e condições de utilização. Estes poderão ser alterados em qualquer momento por decisão da AMA, considerando-se que as alterações entram em vigor a partir da data da sua publicação na plataforma do presente canal de denúncia.

Este canal de denúncias é gerido pela Agência para a Modernização Administrativa, I.P., adiante abreviadamente designada por "AMA".

Este canal visa assegurar a proteção da pessoa singular que denuncie ou divulgue publicamente uma infração cometida, que esteja a ser cometida ou cujo cometimento se possa razoavelmente prever, bem como a tentativa de ocultação de infração, com fundamento em informações obtidas no âmbito da sua atividade profissional (em sentido lato).

Quaisquer tentativas de alterar a informação, ou qualquer outra ação que possa causar dano e pôr em risco a integridade do sistema, são estritamente proibidas de acordo com a legislação em vigor.

É proibida a utilização de conteúdos do presente serviço para fins ilegais ou quaisquer outros fins que possam ser considerados indignos ou abusivos. Proibe-se ainda a criação ou introdução de qualquer tipo de vírus ou outro código ou programa que contenham propriedades destrutivas ou prejudiciais ao seu funcionamento.

O utilizador deste canal obriga-se a cumprir escrupulosamente a legislação aplicável, nomeadamente, em matéria de criminalidade informática e de direitos de propriedade intelectual, sendo exclusivamente responsável pela infração destes normativos.

Todos os conteúdos, incluindo eventuais vídeos, gráficos, textos, imagens, desenhos, músicas ou sons e quaisquer outras informações são propriedade da AMA, ou foram incluídos com permissão das entidades que legitimamente detêm os direitos de autor sobre os mesmos.

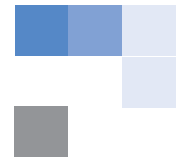
A proteção dos direitos de autor e de propriedade industrial sobre os conteúdos presentes no sítio, estende-se a todas as cópias de parte ou da totalidade da informação contida no mesmo.

## POLÍTICA DE PRIVACIDADE

A AMA respeita o seu direito à privacidade e apenas recolhe neste sítio dados pessoais sujeitos a legislação, no âmbito do sítio, ou com o seu consentimento.

Em tudo o que não estiver expressamente previsto, aplica-se a Política de Privacidade da AMA que pode ser consultada em <https://www.ama.gov.pt/web/agencia-para-a-modernizacao-administrativa/politica-de-privacidade>.





Para a utilização deste sítio poderá ser necessário recolher os seus dados pessoais, para as finalidades indicadas, conforme se discrimina em seguida:

- Denúncia não anónima de um dos factos previstos no artigo 2.º da Lei 93/2021 de 20 de dezembro.

Os dados recolhidos são conservados pelos prazos indicados em seguida:

- a) Nome –período de conservação: 5 anos; [finalidade: contato com o denunciante;
- b) Endereço de correio eletrónico –período de conservação: 5 anos; finalidade: contato com o denunciante;
- c) Número de telefone –período de conservação: 5 anos; finalidade: contato com o denunciante;

Os dados pessoais recolhidos são partilhados com as autoridades competentes sempre que necessário.

Considerando os mais recentes desenvolvimentos tecnológicos, custos de implementação, natureza, âmbito, contexto e finalidades do processamento, bem como uma avaliação detalhada do risco, probabilidade de ocorrência e respetivo impacto para os direitos e liberdades dos titulares dos dados, a AMA implementou medidas técnicas e organizativas com o objetivo de garantir o nível de segurança apropriado.

## **POLÍTICA DE COOKIES E TESTEMUNHOS DE CONEXÃO**

A gestão de cookies é promovida pela Whistleblower Software de acordo com a sua própria política enquanto entidade responsável pela plataforma.

## **EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADE**

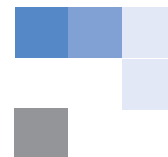
A AMA não poderá ser responsabilizada por quaisquer prejuízos ou danos em sede de responsabilidade civil (incluindo, mas sem que a estes estejam limitados, danos emergentes, lucros cessantes e danos morais, causados direta ou indiretamente), que surjam em consequência da utilização, correta ou incorreta deste sítio e dos seus conteúdos pelo utilizador, do acesso ao computador e sistema informático do utilizador por terceiros.

O utilizador é responsável pela guarda e correta utilização da sua informação pessoal, bem como responsável por qualquer dano ou prejuízo causado à AMA, IP ou a terceiros, resultante da utilização incorreta, perda ou furto da informação pessoal. Os utilizadores são responsáveis pela utilização segura das suas credenciais de acesso aos serviços.

A informação constante neste sítio deve ser encarada na sua vertente informativa. Apesar dos esforços da AMA em manter os conteúdos atualizados e fidedignos, estes podem conter incorreções, erros de escrita ou estar desatualizados, pelo que não poderá a AMA ser responsabilizada no que respeita à completa exatidão e atualidade de qualquer informação constante deste sítio.

A visualização de disposições legais neste sítio, não dispensa a consulta das normas legais em vigor, aprovadas oficialmente, publicadas nas edições e suportes originais (nomeadamente o Diário da República ou o Jornal Oficial da União Europeia).





## LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO APLICÁVEL

- Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, que estabelece o regime geral de proteção de denunciadores de infrações, transpondo a Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do direito da União;
- Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, que cria o Mecanismo Nacional Anticorrupção e estabelece o regime geral de prevenção da corrupção;
- Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (RGPD).
- Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do RGPD.

## LEI APLICÁVEL E FORO COMPETENTE

Os presentes Termos e Condições são regidos e interpretados de acordo com a lei portuguesa.

É competente o Tribunal da área territorial de Lisboa com exclusão de qualquer outro para dirimir quaisquer conflitos que resultem da interpretação e aplicação dos presentes Termos e Condições para a utilização deste canal de denúncias.

